

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – LEIS

2 – ATAS

2.1 – 26ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear o Dia do Soldado, celebrado no dia 25 de agosto

2.2 – Comissões

3 – ORDENS DO DIA

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

4.1 – Comissões

5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



LEIS

LEI Nº 25.444, DE 1º DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Asepel – Associação de Ensino e Pesquisa em Esporte e Lazer, com sede no Município de Juiz de Fora.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Asepel – Associação de Ensino e Pesquisa em Esporte e Lazer, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.445, DE 1º DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Promocional Maior Viola Caipira do Mundo, com sede no Município de Muriaé.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Promocional Maior Viola Caipira do Mundo, com sede no Município de Muriaé.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.446, DE 1º DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a entidade Projeto Social Ser Forte, com sede no Município de Betim.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Projeto Social Ser Forte, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.447, DE 1º DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação Estrela do Oriente, com sede no Município de Uberlândia.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Estrela do Oriente, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.448, DE 1º DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação de Serviço Educacional de Assistência Social e Resgate da Autonomia – Aseara –, com sede no Município de Bela Vista de Minas.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Serviço Educacional de Assistência Social e Resgate da Autonomia – Aseara –, com sede no Município de Bela Vista de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.449, DE 1º DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação Quatro Estações (Cultura, Turismo, Esporte e Saúde), com sede no Município de Muriaé.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Quatro Estações (Cultura, Turismo, Esporte e Saúde), com sede no Município de Muriaé.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.450, DE 1º DE SETEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação Amor a Vida, com sede no Município de Juiz de Fora.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Amor a Vida, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 1º de setembro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATAS**

ATA DA 26ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/8/2025

Presidência do Deputado Coronel Henrique

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Gustavo Santana – Entrega de Placa – Palavras do Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Gustavo Santana – Coronel Henrique.

Abertura

O presidente (deputado Coronel Henrique) – Às 10h6min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Dia do Soldado, celebrado no dia 25 de agosto, data de nascimento de Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa, comandante da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro; Gen.-Bda. veterano Ramon Marçal da Silva, assessor do Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Leste, no comando da 4ª Região Militar; Cel. Alberto, representando o comandante do Ciaar, Cel.-Av. Jorge Marcelo Martins da Silva; CF Roberto Alves, representando o comandante da Capitania dos Portos de Minas Gerais, CMG Alessandro de Paula Lima; e Marcelo Gonçalves Viana, superintendente-executivo da Polícia Rodoviária Federal, representando o superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Fábio Henrique Silva Jardim; a Exma. Sra. Ten.-Cel. Mirilir, representando o comandante-geral da Polícia Militar, Cel. Frederico; o Exmo. Sr. Ten.-Cel. Abel Moura da Fonseca, representando a comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, Cel. Jordana Daldegan; a Exma. Sra. delegada-geral Adriana de Barros Monteir, representando a Polícia Civil; e o Exmo. Sr. deputado Gustavo Santana, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos a presença de Leonardo Mattos Alves, diretor-geral da Secretaria Nacional de Políticas Penais, antigo Depen; Dr. Henrique Moraes Salvador Silva, presidente do Conselho do Mater Dei; Sr. Luiz Carlos Heitor Mendes da Costa, secretário da Associação dos Reservistas do Brasil – Areb –, representando o presidente da Associação de

Reservistas do Brasil. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, cantar o Hino Nacional, que será executado pela Banda do 12º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro, regida pelo 1º-Ten. Emilio.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos a um vídeo em homenagem ao Dia do Soldado.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Gustavo Santana

Bom dia a todas e a todos. Bom dia ao Sr. Presidente, deputado Coronel Henrique, representando o presidente da Assembleia, Tadeu Leite; ao Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa, comandante da 4ª Região Militar do Exército; ao Gen.-Bda. Veterano Ramon Marçal da Silva, assessor do Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Leste; ao Cel. Alberto, representando o Cel.-Av. Jorge Marcelo Martins da Silva; ao CF Roberto Alves, representando o comandante da Capitania dos Portos de Minas Gerais, CMG Alessandro de Paula; ao Sr. Marcelo Gonçalves Viana, superintendente executivo da Polícia Rodoviária Federal, representando Fábio Henrique, superintendente da Polícia Rodoviária Federal; à Ten.-Cel. Mirlir, representando o Cel. Frederico, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; ao Ten.-Cel. Abel de Moura Fonseca, representando a Cel. Jordana, comandante-geral do Corpo de Bombeiros; à delegada-geral de polícia Adriana de Barros Monteiro, representando a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Exmas. Autoridades Cíveis e Militares, Gen. da 4ª Divisão, Adriano Frutuoso da Costa, comandante da 4ª Região Militar, senhoras e senhores, ilustres convidados, hoje esta Casa Legislativa se enobrece ao realizar uma sessão solene para celebrar uma das datas mais simbólicas da história e da identidade nacional, o dia 25 de agosto, Dia do Soldado. Não se trata apenas de mais uma data cívica a ser lembrada. Trata-se de um instante de profunda reverência, de exaltação a valores permanentes e de reconhecimento àqueles sob a farda verde-oliva.

O soldado brasileiro assume diariamente a missão de proteger o Brasil, mesmo com o sacrifício da própria vida. O soldado brasileiro não é apenas o homem ou a mulher que impunham o fuzil ou que se colocam em posição de combate. Ele é o símbolo vivo da pátria. Em seu olhar firme, vemos a determinação de quem entrega o ideal maior que a própria existência. Em sua disciplina, percebemos a obediência, não a vontades pessoais, mas ao dever constitucional de defender a soberania, a integridade territorial e os valores que sustentam a nossa democracia. Ser soldado é encarar os princípios da honra, da coragem, da lealdade e do amor ao Brasil. É por isso que, ao celebrarmos o Dia do Soldado, celebramos também o próprio espírito da Nação, que encontra no militar a sua representação mais concreta e mais visível. Essa data foi escolhida em memória do nascimento de Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, homem que soube unir estratégia, humanidade, firmeza, sensibilidade, liderança e simplicidade.

Sob sua inspiração, milhares de brasileiros, décadas mais tarde, atravessaram o Oceano Atlântico, compondo a Força Expedicionária Brasileira – FEB –, e escreveram com sangue e bravura páginas eternas da história mundial. Nas encostas geladas de Monte Castelo, Montese e Fornovo di Taro, jovens brasileiros enfrentaram não apenas as tropas nazifascistas, mas também a distância de seus lares, o frio, a saudade e a incerteza. Lutaram e venceram, provando ao mundo que o Brasil não se omite quando a liberdade da humanidade está em risco. Esses pracinhas não levaram apenas armas, levaram consigo a alma generosa de um povo que acreditava na vida, na solidariedade e na paz.

Porém o heroísmo do soldado brasileiro não se limita às páginas da história; ele se renova todos os dias. O soldado de hoje guarda as nossas fronteiras, protege as nossas riquezas naturais, atua em missões internacionais de paz sob a bandeira das Nações Unidas e está presente em cada tragédia humanitária no território nacional. Em enchentes, deslizamentos e epidemias, eles estão sempre prontos para estender a mão, seja com logística, seja com alimentos, seja com simples gestos de esperança. O lema do Exército, “Braço forte, mão amiga”, não é retórica; é a realidade. Ele expressa o equilíbrio entre a firmeza na defesa da Pátria e a ternura do cuidado com o povo.

Minas Gerais tem o privilégio de sediar, em Belo Horizonte, a histórica 4ª Região Militar, instituição que representa a ligação direta entre o povo mineiro e o Exército Brasileiro. Essa não é apenas uma estrutura administrativa: trata-se de um verdadeiro elo de confiança, de respeito e de inspiração. Na figura do Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa, saúdo todos os homens e todas as mulheres que compõem essa valorosa região militar, reafirmando o profundo respeito e a gratidão desta Casa Legislativa. A 4ª Região Militar carrega em si a tradição de Minas, terra de Tiradentes, berço da Inconfidência, onde a liberdade sempre foi mais do que um valor; foi um destino. Assim como os inconfidentes se ergueram contra a tirania, os nossos soldados de hoje se erguem contra todas as formas de ameaça à soberania e à integridade nacional. Senhoras e senhores, o soldado é o guardião silencioso das nossas madrugadas, protagonista oculto das nossas liberdades. Quando o soldado avança, é a Nação que avança. Quando o soldado resiste, é o povo que resiste. Quando o soldado se sacrifica, é o Brasil que se engrandece. Essa é a dimensão simbólica da sua missão. Por isso que, nesta Assembleia, declaramos que, sem soldados, não há Pátria; sem Pátria, não há liberdade.

Permita-me ainda dirigir algumas palavras às novas gerações que nos acompanham. Que cada jovem brasileiro compreenda que a farda do soldado não é apenas um tecido: é o compromisso, é o dever, é o legado. Que cada cidadão e cidadã entendam que o Exército não é uma instituição distante, mas parte essencial da vida nacional. Guardião da democracia do Estado brasileiro. Soldados do Brasil, soldados de Minas Gerais, recebam hoje, por meio desta solenidade, o reconhecimento do povo mineiro, expresso na voz dos seus representantes nesta Casa. Recebam não apenas o aplauso, mas a certeza de que sua missão é compreendida, valorizada e honrada. Que o exemplo dos pracinhas que tombaram na Itália e dos de hoje, que permanecem firmes em quartéis, fronteiras e missões de paz, inspire-nos sempre. Que jamais falte à Nação o soldado que a defenda. E que jamais falte ao soldado a gratidão da Nação. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – O Exmo. Sr. deputado Coronel Henrique, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite, e o Exmo. Sr. 1º-secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Gustavo Santana, farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao comandante da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro, Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa. A placa contém os seguintes dizeres: “O Dia do Soldado, celebrado anualmente no Brasil, é uma data de grande importância cívica e patriótica. Nesse dia, exaltamos homens e mulheres que escolheram se dedicar ao serviço da Nação, defendendo nossa soberania, garantindo a segurança da população e promovendo a paz, tanto em território nacional quanto em missões internacionais. Símbolos de bravura e abnegação, esses cidadãos nos inspiram com sua perseverança, seu amor à Pátria e seu compromisso inequívoco com as leis do País. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao comemorar o Dia do Soldado, rende esta justa homenagem aos homens e mulheres que, atuando com honra e determinação, mantêm a integridade dos valores nacionais e zelam pela sociedade brasileira.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa

Deputado Coronel Henrique, representante do presidente da nossa Assembleia Legislativa; deputado Gustavo Santana, autor do requerimento que deu origem a esta brilhante homenagem; Gen. Marçal, assessor do Núcleo de Estudos Estratégicos do nosso Comando Militar do Leste e da 4ª Região Militar, amigo de longa data, em quem muitas vezes me inspirei, por ser ele um

oficial do mais alto nível; Cel. Alberto, representando o comandante do Ciaar, Cel.-Av. Jorge Marcelo Martins da Silva; CF. Roberto Alves, representando o comandante da Capitania dos Portos, CMG Alessandro de Paula Lima; Marcelo Gonçalves Viana, superintendente-executivo da Polícia Rodoviária Federal, representando o superintendente dessa instituição, Fábio Henrique Silva Jardim; Ten.-Cel Mirilir, representando o comandante-geral da Polícia Militar, Cel. Frederico; Ten.-Cel. Abel Moura da Fonseca, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Cel. Jordana, grande parceira e amiga; Adriana de Barros Monteiro, delegada-geral de polícia, representando a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

As minhas primeiras palavras são de agradecimento a esta Casa e ao deputado Gustavo por ter conseguido fazer esta homenagem à nossa instituição, o Exército Brasileiro. O Exército Brasileiro, como já retratado no vídeo e muito bem colocado nas suas palavras, deputado, é uma instituição que, de norte a sul, leste a oeste, tem inspiração no seu ícone maior, o nosso patrono Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Diariamente, diuturnamente, ele faz cumprir uma série de atividades para que a gente mantenha a nossa pátria soberana. Tive o privilégio, ao longo da carreira, de passar, como muitos aqui, em diversas áreas do nosso território nacional, sacrificando horas de contato com a família. Faço uma referência muito especial à família do nosso soldado. E, quando eu falo “soldado”, falo do general ao soldado mais moderno. A nossa família se sacrifica também, diuturnamente, para que o soldado possa fazer o que aprendeu nas escolas, nos quartéis, que é defender a nossa nação brasileira, manter a soberania nacional.

Como disse, passei por diversos lugares, em particular na Fronteira Norte, Fronteira Oeste e Fronteira Sul do País. Vimos ali jovens tenentes e jovens sargentos comandando pelotão especial de fronteira. Tudo aquilo que aprenderam na escola é aplicado diariamente, controlando, conduzindo atividades de alta sensibilidade em áreas que só quem está presente é a instituição Exército Brasileiro. Faço essa referência porque a nossa família é o nosso esteio. Ao homenagear o soldado, homenageamos ao mesmo tempo os nossos familiares.

Deputado, esta cerimônia está coroando duas semanas em que estamos sendo homenageados e realizando diversas atividades aqui, no Estado de Minas Gerais, com o Exército Brasileiro, em todo o território nacional, pelo Dia do Soldado. Nós, soldados, ficamos extremamente orgulhosos por esta Casa, a Casa do povo... Os deputados eleitos representam o povo. Então esta Casa, ao fazer esta homenagem, nos deixa extremamente orgulhosos, felizes, satisfeitos e fortalece o nosso compromisso com a pátria. Então eu agradeço. Quero homenagear a Mesa, o deputado e todos aqueles que dedicaram tempo para que este momento acontecesse com o brado do nosso Exército Brasileiro, o brado da nossa região militar, que, em sua essência, traduz o nosso compromisso com a pátria, traduz a nossa missão. Brasil! (– Procede-se ao brado.)

Dito isso, gostaria de compartilhar, com os senhores, alguns trechos, alguns trechos da ordem de serviço, digo, ordem do dia, que o nosso comandante do Exército, Gen.-Ex. Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, expediu por ocasião do Dia do Soldado. Então, o extrato dessa ordem: “Soldados do Exército Brasileiro, Caxias foi um comandante singular, construiu sua reputação com realizações incontestáveis e uma conduta irrepreensível. Mais que marechal invicto, estadista admirado e herói das batalhas, Caxias foi, acima de tudo, um verdadeiro soldado, um brasileiro igual a você que, com fé inabalável na missão, humildade e espírito de superação e doação à Pátria, edificou um legado de virtudes que, ainda hoje, norteiam os integrantes da força terrestre. Ensinou-nos que liderar é mais que conduzir tropas, é influenciar pelo exemplo, servir com desprendimento e unir o Exército em torno de valores superiores.

Caxias demonstrou que a grandeza de um líder não é construída somente com feitos extraordinários, mas também com o êxito de suas missões cotidianas, à serenidade diante dos desafios enfrentados e à fidelidade ao juramento prestado à Nação. Sua espada foi empunhada em prol de um único lado, o da Pátria, pois, conforme o próprio declarou: ‘Minha espada não tem partido’. Caxias é a referência perene do soldado que jamais se afastou do dever. Ensinou-nos ainda que a força do Exército reside na fé, na coesão, na disciplina, na imparcialidade e no compromisso com o bem comum. O verdadeiro soldado, tal qual Caxias, sabe que o reconhecimento e a popularidade são efêmeros. Vive uma vida modesta, espartana e sem ambições, tendo a abnegação e o

desprendimento como companhia. Seu farol é a lei e a ética. Viva o soldado brasileiro! Viva o Exército de Caxias!” Assina o nosso comandante.

Então, com essas palavras, eu ratifico o nosso agradecimento a essa sessão solene em homenagem ao soldado e concluo dizendo que, quando o senhor faz essa homenagem, quando propõe essa homenagem, o senhor está fazendo uma deferência a pessoas que são comuns. Nós somos pessoas comuns, mas que fazemos coisas extraordinárias pela dedicação, pela abnegação, pela vontade em cumprir bem a missão, e, conforme diz o nosso juramento, se necessário for, com o sacrifício da própria vida. Esse é o compromisso solene prestado pelo soldado no Dia do Soldado. Fiz o meu em 1984 e, até hoje e enquanto eu respirar, professarei esse juramento. Tenho certeza de que cada integrante do nosso Exército brasileiro, da nossa 4ª Região Militar aqui representada, alguns com farda de gala, outros com a farda que a nossa instituição diariamente cumpre missão, camuflada, faz coro comigo. Não tenho dúvida disso.

Então fica o nosso agradecimento, o nosso respeito aos senhores que prestaram esta homenagem. A nossa instituição permanece diuturnamente disposta a fazer o melhor pela sociedade brasileira. Muito obrigado pela atenção. Fico à disposição do senhor, deputado Coronel Henrique, para que a região possa ser demandada por qualquer necessidade que o Estado de Minas Gerais possua. Muito obrigado pela atenção.

Farei a entrega ao nosso deputado Gustavo Santana de um diploma de amigo da nossa 4ª Região Militar. É um diploma que oferecemos, ofertamos, entregamos àqueles que, de alguma forma, em alguma medida, contribuem para que a nossa missão seja bem cumprida. Então fica o nosso agradecimento, o nosso muito obrigado por tudo aquilo que o senhor já fez em proveito da nossa instituição, em proveito da 4ª Região Militar, e por tudo aquilo que ainda fará. Eu tenho certeza de que temos um caminho longo pela frente, e tenho fé que o senhor, com este compromisso e pela leitura feita, continuará prestando este serviço à nossa instituição, o Exército Brasileiro. Muito obrigado.

– Procede-se à entrega do diploma.

Palavras do Presidente

Bom dia a todos. Cumprindo o protocolo desta reunião, eu, representando o presidente, deputado Tadeu Martins Leite, passo a fazer a leitura de um discurso que ele me solicitou que o fizesse.

(– Lê:) “Para defender a soberania brasileira, guardar as nossas extensas fronteiras e contribuir para a integração nacional, como fazem os valorosos integrantes do Exército Brasileiro, é preciso assumir um rigoroso compromisso de vida. Esta escolha ganha força com a união entre os colegas de farda, com o exemplo dos superiores e com o cotidiano da caserna. Mas esse compromisso também se fortalece no vínculo com a família e na interação com a comunidade civil, experiências que conferem um sentido pleno à função que o militar, em sua natureza de servidor público, desempenha em benefício da população brasileira. Disciplina, hierarquia, civismo e cidadania, verdadeiros pilares da vida militar, são indispensáveis para o pleno e efetivo cumprimento do papel constitucional do Exército e das demais Forças Armadas.

Nesta ocasião solene em que celebramos o Dia do Soldado, evocamos a memória de Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, e reafirmamos esses princípios formadores da identidade pessoal e profissional de cada integrante desta sólida corporação. Manifestamos, nesta oportunidade, o nosso agradecimento a todos os integrantes das tropas nacionais, em especial àqueles que servem em solo mineiro. A todos os nossos valorosos soldados e aos seus superiores, reiteramos, em nome da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, os nossos votos de pleno sucesso, hoje e sempre, no cumprimento da sua nobre missão, que tem por horizonte último sempre a promoção da paz. Muito obrigado.” Assina: deputado Tadeu Martins Leite, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado a todos.

O locutor – Após o encerramento regimental, ouviremos a Banda do 12º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro, regido pelo 1º-Ten. Emílio, que apresentará as seguintes músicas: *Anúnciação*, de Alceu

Valença; *4 motivos sertanejos*, de Chico Amado e Zé da Rocha; *Eu sei de cor*, de Danillo Davilla, Elcio di Carvalho, Lari Ferreira e Junior Pepato.

O presidente – Antes de fazer o encerramento formal, eu não poderia deixar de agradecer, presidindo esta sessão, ao deputado Tadeu e ao deputado Gustavo Santana, meu colega de partido e 1º-secretário desta Casa, a distinção de poder comandar este evento. Inicialmente, quero agradecer ao Gen. Frutuoso, nosso representante do Exército Brasileiro em solo mineiro, e parabenizá-lo. Muito obrigado, general, pela sua presença. Estivemos aqui recentemente, no evento da Força Expedicionária Brasileira, e hoje o senhor retorna para receber esta homenagem em nome de Duque de Caxias. Cumprimento o Marçal, meu dileto amigo, e, na sua pessoa, os demais integrantes da Mesa e a plateia aqui presente repleta de militares. Cumprimento ainda o Dr. Henrique Salvador e, na sua pessoa, os demais convidados.

No encerramento dessas duas semanas de comemoração do Dia do Soldado, faço uma reflexão dizendo que, quando pisei neste Parlamento como primeiro militar de carreira do Exército Brasileiro da história de Minas Gerais eleito deputado estadual, busquei algumas inspirações. Nós temos que refletir um pouco sobre a história do homenageado de hoje, o nosso marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, o marechal de ferro, o pacificador. Duque de Caxias, depois de cumprir a sua missão como soldado e como militar, ocupou o cargo de senador. Ele era senador no Império e fez a transposição da carreira militar para ser um representante político.

Estudando e lendo sobre Duque de Caxias, Gen. Frutuoso, me inspirei para trazer para minha ação, para minha atitude e para meu comportamento nesta Casa o objetivo de ser um lúcido representante dos valores de Duque de Caxias. Os mais velhos aqui presentes sabem que, em algum momento na educação das nossas escolas, os bons alunos, aqueles que eram exemplares, eram conhecidos como caxias, como caxião. O caxiismo representa tudo isto: a retidão e os valores tão importantes na vida do soldado, mas, sobretudo, na vida do cidadão.

Encerrando esta sessão solene para que possamos escutar a banda comandada pelo Ten. Emilio, eu gostaria de deixar mais uma vez registrada a minha alegria de poder receber, nesta manhã, o povo mineiro, o povo fardado de Minas Gerais. Nós, militares, somos cidadãos, e esta aqui é a Casa de todos nós. As nossas restrições regulamentares nos impedem de participar da atividade político-partidária enquanto estivermos na ativa. Isso, às vezes, nos afasta certamente, de forma regulamentar e segura, do ambiente político. No entanto, muito mais que uma casa política – e o Gen. Frutuoso disse isso em seu discurso –, nós somos 77 deputados, cada um ocupando aqui uma cadeira neste Parlamento e cada um com o objetivo de representar os 22 milhões de mineiros espalhados pelos nossos 853 municípios. Quando eu digo isso, me lembro das nossas 40 cidades mineiras que possuem os Tiros de Guerra, das nossas cidades que possuem as unidades militares do Exército, da Força Aérea, da Marinha, e vejo que nós estamos presentes em cada canto deste estado, na ativa e na reserva.

Quero que todos vocês aqui presentes, jovens que certamente entram neste espaço pela primeira vez, entendam que aqui deve reverberar a voz e a vontade do povo em um lúcido exercício da democracia. O povo com liberdade escolhe os seus representantes, e nós, que temos a honra de cumprir essa missão, aqui estamos para representá-lo no dia a dia, neste Parlamento, e no dia a dia da atividade política, que às vezes é desconhecida da maioria da sociedade. Mas eu posso afiançar a cada um de vocês que aqui temos um sentimento único, o sentimento de cumprir muito bem a nossa missão para a grandeza de Minas Gerais e para a grandeza do Brasil. Vida longa ao soldado brasileiro! Minha eterna homenagem a Duque de Caxias. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 1º de setembro, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/8/2025**

Às 14h7min, comparecem à reunião os deputados Adalclever Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Lucas Lasmar. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails*, encaminhados pelo Fale com as Comissões, da Sra. Ana Maria Kirilenko, sugerindo uma maior fiscalização com relação aos cargos comissionados da Cemig; e do Sr. José Lino Esteves dos Santos, presidente do Sindicato dos Auxiliares, Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindasep-MG –, sugerindo alterações no Projeto de Lei nº 3.343/2021, em tramitação nesta comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.948/2025, no 2º turno (Adalclever Lopes), 1.162/2023, no 2º turno, e 3.297/2025, no 1º turno (Beatriz Cerqueira), 1.272/2023, no 1º turno, e 3.946/2025, em turno único (Charles Santos), 3.741/2025, no 1º turno (Nayara Rocha), 3.130/2024, no 2º turno, e 1.876/2023, no 1º turno (Professor Cleiton), 2.977/2024, no 2º turno, e 2.221/2020, no 1º turno (Rodrigo Lopes), e 3.110/2024, no 2º turno, 3.451/2025, no 2º turno, e 2.516/2024, no 1º turno (Sargento Rodrigues). Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Rodrigo Lopes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 849/2023, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Charles Santos – retirado o parecer dado em reunião anterior e emitido novo parecer); 4.336/2017, na forma do vencido no 1º turno (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); 1.068/2023 e 2.020/2024, ambos na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Charles Santos); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.701/2022, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Sargento Rodrigues); 1.977/2024 e 2.517/2024, ambos com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Charles Santos); 3.154/2024, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Rodrigo Lopes); e 3.339/2025, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.826/2022, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Sargento Rodrigues. Na fase de discussão do parecer da relatora, deputada Beatriz Cerqueira, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.760/2023, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Direitos Humanos, o presidente defere o pedido de vista do deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 12.920, 12.921, 13.095 e 13.122/2025, este com a Emenda nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 16.010/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Contagem para debater a situação crítica enfrentada pela comunidade do Bairro Monte Castelo com relação à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e às falhas nos serviços por ela prestados à referida comunidade.

nº 16.241/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a prestação de serviços da Delegacia de Polícia da Comarca de Caeté, especialmente quanto às condições de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, diante de irregularidades que dificultam o acesso a esse tipo de atendimento, conforme atestado pelo Ministério Público de Minas Gerais – MPMG.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2025.

Charles Santos, presidente.

**ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/8/2025**

Às 10h9min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Lincoln Drumond (substituindo o deputado Eduardo Azevedo, por indicação da liderança do PL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, a presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 12.993 e 13.005/2025. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 904/2023 e 3.682/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 16.202/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Renata Cristian de Oliveira, investigadora de polícia; e os Srs. Fernando Tomaz Gomes, delegado de polícia; Sandro Luiz Alves, subinspetor de polícia; Luiz Carlos de Oliveira, José Leonardo Carvalho Clemente, Luciano Fernandes Guilherme e Igor Gonçalves Cunha, investigadores de polícia; e André Gustavo Moraes de Oliveira, escrivão de polícia, todos da 1ª Delegacia Especializada de Combate ao Narcotráfico – Decna – do Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico – Denarc; e os Srs. Rodrigo Macedo de Bustamante, chefe do Denarc; Sérgio Lucilio da Silva, inspetor adjunto do Denarc; e Rodrigo Otávio de Andrade, investigador de polícia do Plantão Denarc, que, com o apoio do serviço de inteligência do Denarc e dos policiais do 9º Departamento de Polícia Civil em Uberlândia, realizaram operação de combate ao tráfico de drogas no Município de Tupaciguara, que resultou na interceptação e apreensão de um caminhão que vinha do Estado de Mato Grosso do Sul transportando aproximadamente 7,5t de maconha, na prisão em flagrante de três indivíduos e na apreensão de um veículo de passeio, de aparelhos celulares e de documentos relevantes para a investigação;

nº 16.207/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os membros da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres – Revim –, em Santa Luzia, pelas ações de prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres realizadas nesse município, especialmente nos anos de 2023 e 2024;

nº 16.222/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para estender a presença de militares reformados nas escolas cívico-militares, em período noturno, tendo em vista a necessidade de garantir mais segurança aos alunos e ao corpo docente e administrativo dessas escolas;

nº 16.258/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para substituição urgente de coletes balísticos vencidos no pelotão da PMMG no Município de Carmo do Cajuru, garantindo plena segurança no desempenho das atividades de policiamento no referido município;

nº 16.259/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Sr. Romer Soares, prefeito municipal de Itatiaiuçu, pelas declarações públicas proferidas após a realização da operação Lei Seca, durante a 3ª edição da Festa do Peão de Itatiaiuçu, estimulando abertamente a hostilidade contra agentes de segurança que cumpriam o dever constitucional de preservar a ordem pública e a vida dos cidadãos, incentivando a desobediência às leis de trânsito e comprometendo a segurança da coletividade;

nº 16.260/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o imediato cumprimento do disposto no art. 158-A do Código de Processo Penal, que define o instituto da cadeia de custódia;

nº 16.261/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governo do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET – pedido de providências para regulamentar e executar o Programa de Formação de Examinadores de Trânsito, especificamente para que a função de examinador não se restrinja a professores da rede estadual, mas possa ser exercida por servidores públicos em geral, bem como para que a formação destinada a esses profissionais seja realizada por instituições credenciadas;

nº 16.262/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações acerca da designação de instrutores e monitores, bem como da distribuição de honorários na Academia de Polícia Civil de Minas Gerais – Acadepol –, consubstanciadas em documento contendo: a relação nominal dos servidores designados como instrutores ou monitores na Acadepol, nos últimos dois anos, discriminando-se a função desempenhada, o período de atuação e o valor de honorários percebidos; os critérios objetivos atualmente utilizados pela instituição para a escolha e a designação de instrutores e monitores, especificando-se normas internas, portarias, resoluções ou outros atos administrativos que regem o processo; esclarecimentos sobre a existência de mecanismo de rodízio ou democratização na distribuição das vagas de instrutoria, de modo a ampliar a participação de diferentes servidores habilitados; e esclarecimentos sobre a existência de procedimentos de controle ou auditoria interna relativos ao pagamento dos honorários na Acadepol;

nº 16.263/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – Suase – da Sejusp pedido de providências para que os adolescentes infratores apreendidos pela Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – em Divinópolis sejam recebidos inicialmente no centro socioeducativo local, cabendo à Suase, posteriormente, proceder à escolta desses adolescentes até a unidade definida pela central de vagas, com vistas a corrigir a atual distorção, que tem obrigado a PCMG a realizar deslocamentos longos e onerosos, comprometendo a eficiência da segurança pública regional;

nº 16.264/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que aumente o efetivo de policiais penais no Presídio de Passos e proceda à reforma dos banheiros e das guaritas utilizados por esses servidores;

nº 16.265/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para a melhoria das condições estruturais, de efetivo e de equipamentos do Presídio de São Sebastião do Paraíso, mediante a instalação de equipamento de *bodyscan*, a construção de banheiros no alojamento destinados ao atendimento adequado de homens e mulheres, o reforço do efetivo de policiais penais, de maneira que ele seja compatível com a custódia de presos e suficiente para assegurar a ativação das guaritas, e o cumprimento regular das escalas de serviço, bem como para a disponibilização de espingardas calibre 12, indispensáveis à segurança institucional;

nº 16.266/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para a imediata regularização dos contratos de manutenção da estrutura e das viaturas do pelotão de São Sebastião do Paraíso, assegurando o pleno funcionamento da unidade e garantindo aos militares condições adequadas para o exercício de suas atividades constitucionais;

nº 16.303/2025, dos deputados Sargento Rodrigues e Caporezzo, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral e ao corregedor-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas em documento em que conste o número de petições com pedidos de arquivamento de inquérito policial militar realizados pela Corregedoria-Geral da PMMG à Justiça Militar de Minas Gerais, no período de 24/8/2023 a 24/8/2025, destacando-se as petições em questão que envolvam praça ou oficial;

nº 16.307/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para assegurar a regularização imediata do imóvel onde, há mais de 30 anos, funciona a 15ª Companhia da PMMG, no Bairro Céu Azul, em Belo Horizonte;

nº 16.385/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a abertura de procedimento em desfavor do Cel. PM Edgard Antônio de Souza Júnior, tendo em vista que o referido oficial, por meio do Ofício nº 379.1.1/2025-CPM, solicitou reconsideração da determinação de instauração de inquérito policial militar contra o Cel. PM QOR Edvaldo Piccinini Teixeira Júnior, adotando conduta de competência do Ministério Público, e não da Corregedoria da Polícia Militar, o que não encontra amparo na Constituição Federal, especialmente no *caput* do art. 37, no Código de Processo Penal nem nas demais normas vigentes;

nº 16.387/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais – TJMMG – pedido de providências para determinar a imediata instauração do devido inquérito policial militar para a apuração da notícia-crime apresentada pelo deputado federal Geraldo Júnio do Amaral em desfavor do Cel. PM QOR Edvaldo Piccinini Teixeira Júnior, em razão de comentário feito pelo oficial em uma publicação na rede social Instagram, considerando decisão do juiz de direito da 3ª Auditoria Militar da Justiça Militar do Estado de Minas de Gerais – AJME – em que reconhece a incompetência da Justiça Militar no caso em tela, com a remessa do feito à Justiça Comum Estadual.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente – Grego da Fundação.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/8/2025

Às 10h7min, comparecem à reunião os deputados Betão, Leleco Pimentel e Carlos Henrique (substituindo o deputado Mauro Tramonte, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião. A reunião é suspensa. A reunião é reaberta com a presença dos deputados Betão, Leleco Pimentel e Mauro Tramonte. O presidente, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 14/8/2025); e da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação – Hospital Sarah Belo Horizonte (dois ofícios em 8/8/2025). Comunica também o recebimento das seguintes correspondências: ofício da Câmara Municipal de Belo Horizonte, informando que foi aprovado, na Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, o Requerimento em Comissão nº 3.276/2025, do vereador Dr. Bruno Pedralva; dois ofícios do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, em que solicita o encaminhamento de suas moções de apoio pelo presidente desta comissão ao Senado Federal a fim de que ela seja juntada à PEC nº 58/2023, que trata da ampliação da duração da licença-maternidade, da licença-paternidade e da licença-adotante e também à matéria que regulamenta a profissão de agente de coleta de

resíduos, limpeza e conservação de áreas públicas, de iniciativa do senador Paulo Paim. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.747, em turno único, 3.774, em turno único, 3.915, em turno único, 3.963, em turno único, e 3.992/2025, em turno único (Betão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença do deputado Celinho Sintrocel. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 2, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.143/2023 (relator: deputado Betão). A reunião é suspensa. A reunião é reaberta com a presença dos deputados Betão, Celinho Sintrocel e Mauro Tramonte. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 13.064/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 16.235/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE – em Minas Gerais – e ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais – MPT-MG – as notas taquigráficas da 15ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater o fechamento de agências bancárias, a terceirização e a precarização do trabalho bancário do Santander, bem como os seus impactos para a população;

nº 16.236/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o impacto para os trabalhadores e os clientes das instituições financeiras e para a população em geral da Lei nº 25.322, de 24 de junho de 2025, que excetuou do dever de instalar porta eletrônica de segurança, conforme previsto na Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, as agências e os postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras em que não haja guarda de valores ou movimentação de dinheiro em espécie;

nº 16.237/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Brumadinho pedido de informações acerca do acidente, ocorrido em pedreira localizada nesse município, em 19/8/2025, que resultou no falecimento do trabalhador Ademar Ribeiro Junior e deixou outro trabalhador ferido, especificando-se a razão social, o CNPJ e o nome fantasia da empresa responsável pela execução dos serviços na referida pedreira, a modalidade de contratação utilizada (licitação, dispensa ou inexigibilidade), a data de assinatura do contrato, o objeto exato do contrato, seu valor total e prazo de vigência e as cláusulas contratuais relacionadas à obrigação de cumprimento das normas regulamentadoras de segurança do trabalho – NRs –, especialmente as NRs nºs 6, 18 e 22; indicando-se o órgão ou setor da Prefeitura Municipal de Brumadinho responsável pela fiscalização do contrato e esclarecendo-se se houve a realização de acompanhamento “in loco” das atividades na pedreira, com o envio a esta Casa, caso tenha sido realizado esse acompanhamento, de relatórios ou registros das eventuais inspeções, e se foram aplicadas notificações, advertências ou penalidades à empresa terceirizada antes do acidente; esclarecendo-se se a referida prefeitura exigiu comprovação de treinamentos obrigatórios da empresa contratada, com o envio a esta Casa de cópias de certificados, listas de presença ou qualquer documento que comprove a realização de cursos voltados à segurança, ao manuseio de explosivos e à análise de riscos e protocolos de emergência; esclarecendo-se se a empresa terceirizada apresentou à mencionada prefeitura plano de fornecimento de equipamentos de proteção individual – EPIs – aos trabalhadores e se a fiscalização municipal verificou a utilização de EPIs e a existência de EPIs e de equipamentos de proteção coletiva – EPCs – adequados; esclarecendo-se, quanto aos protocolos de emergência, se o contrato previa a existência de plano de emergência em caso de acidentes graves e qual foi a resposta adotada no momento do acidente (quem acionou socorro, tempo de atendimento, envolvimento da Defesa Civil ou do Samu); e esclarecendo-se se a referida prefeitura já instaurou processo administrativo para apuração das responsabilidades, se houve suspensão do contrato, aplicação de multa ou rescisão e quais providências preventivas estão sendo tomadas para evitar novos acidentes com empresas contratadas;

nº 16.238/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para restabelecer de imediato o quadro de profissionais de serviços especializados e as oficinas necessárias ao atendimento dos alunos com deficiência da Escola Estadual Dona Argentina Vianna Castelo Branco, garantindo equipe completa e atuação integral;

nº 16.250/2025, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater, a pedido de entidades representativas dos trabalhadores da saúde, o fechamento do centro de terapia intensiva – CTI – infantil do Hospital João Paulo II, integrante da Rede Fhemig, no Município de Belo Horizonte;

nº 16.251/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam garantidas condições adequadas de trabalho aos trabalhadores impactados pelo fechamento do centro de terapia intensiva – CTI – infantil do Hospital João Paulo II, em virtude de uma reforma que mostrou problemas de planejamento e não foi devidamente comunicada, de forma prévia, aos servidores da unidade;

nº 16.252/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca dos documentos que fundamentaram a decisão de fechamento do centro de terapia intensiva – CTI – infantil do Hospital João Paulo II, incluindo estudos, relatórios e demais peças técnicas, bem como a previsão de conclusão da reforma, seu custo estimado e os resultados esperados com a reestruturação do setor;

nº 16.253/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as medidas adotadas para evitar a sobrecarga dos setores do Hospital João XXIII que passaram a receber pacientes e trabalhadores em razão do fechamento do CTI infantil do Hospital João Paulo II; os impactos dessa transferência na saúde mental dos profissionais envolvidos; e os serviços de apoio psicológico disponibilizados a esses servidores;

nº 16.254/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os estudos, pareceres técnicos e parâmetros utilizados pela Fhemig para determinar o fechamento do centro de terapia intensiva – CTI – infantil do Hospital João Paulo II;

nº 16.255/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja reaberto imediatamente, em sua plena capacidade de atendimento, o centro de terapia intensiva – CTI – infantil do Hospital João Paulo II, em Belo Horizonte;

nº 16.304/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita à Empresa Bancodoc, no Município de Belo Horizonte, com a finalidade de compreender o funcionamento do cadastro de empregados, verificar o uso e a forma de obtenção dos dados sensíveis dos trabalhadores, identificar as bases de dados utilizadas, bem como averiguar eventuais restrições à contratação decorrentes de cadastros restritivos que possam traduzir discriminações de caráter territorial, social, econômico ou de outra natureza contra grupos em situação de vulnerabilidade;

nº 16.345/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita à sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – em Belo Horizonte para apurar informações sobre o possível repasse do prédio da empresa para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF-6 –, bem como verificar os possíveis impactos da eventual mudança de endereço dessa unidade da Emater-MG na rotina dos trabalhadores e trabalhadoras da instituição, tendo em vista as notícias de que representantes da referida corte teriam realizado vistoria no prédio e manifestado interesse na estrutura e na edificação predial;

nº 16.346/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as notícias sobre o interesse do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF-6 – na utilização do prédio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, a fim de esclarecer os fatos e avaliar quais serão os impactos negativos para a política de assistência técnica e extensão rural no Estado, sobretudo aqueles relacionados à rotina dos trabalhadores e trabalhadoras da instituição, diante da iminência de mudança de endereço, no caso de eventual repasse do imóvel à referida corte;

nº 16.359/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – e ao Conselho Nacional de Educação – CNE – pedido de providências para elaboração e aprovação das diretrizes curriculares para o curso superior de optometria nas universidades públicas e particulares do Brasil, garantindo a participação dos atores envolvidos, por meio da realização de seminário nacional sobre o tema;

nº 16.360/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com o vereador Noraldino Durães, da Câmara Municipal de Arinos; os Srs. Daniel Lacerda Moraes, diretor de Relações Públicas da Câmara Regional de Óptica e Optometria – CROO-MG; José Geraldo da Silva, diretor do CROO-MG; Hilton Gomes de Oliveira, presidente do Sindicato dos Ópticos e Optometristas de Minas Gerais – Sindiopto-MG; Fabiano Leite Caputo, diretor-executivo do Sindiopto; Flávio de Oliveira Gomes, do Sindiopto-MG; Karolina Tostes, advogada do Sindiopto-MG; Paulo Fernando Pereira, diretor fiscal do CROO-MG; Valdir Lima Martins, diretor do CROO-MG; e as Sras. Maria de Fátima Domingues, do Instituto de Olhos, e Janaíne Gonçalves Costa, secretária-geral do CROO-MG, pela atuação na luta pela regulamentação da profissão óptica e da optometria e pela participação na audiência pública da comissão, realizada em 26/8/2025, que debateu o tema, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar Mineira em Defesa da Óptica e da Optometria;

nº 16.361/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com os Srs. Niterram Soares de Lima, vice-prefeito de Santa Filomena (MA) e presidente do Conselho Regional de Óptica e Optometria do Maranhão – CROO-MA; Antônio Maurício de Freitas Carneiro, secretário municipal de Saúde de Jijoca de Jericoacora (CE); e Edvan Alves Fernandes, vice-prefeito de Reduto, pela atuação em favor da regulamentação da profissão de óptico e optometrista;

nº 16.362/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para garantir a tramitação do Projeto de Lei nº 3.716/2021, que dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de optometria no sistema de saúde e dá outras providências, com orientação para sua aprovação, de forma a balizar o exercício profissional e a fiscalização dessa profissão;

nº 16.363/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde – MS – pedido de providências para que estude a viabilidade de instituir programa Óculos para Todos, a exemplo do Farmácia Popular, considerando que, em termos de impacto social, a optometria aumenta a produtividade, diminui o cansaço visual, previne dores de cabeça e contribui com o desempenho escolar, especialmente por meio da terapia visual, em casos específicos;

nº 16.364/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais – CES-MG – pedido de providências para que promovam o Ofício-Circular nº 4/2023/SEI/GGTES/DIRE3/Anvisa, que presta esclarecimento acerca da decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal – STF – sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – nº 131, referente a consultórios de optometristas vinculados a óticas ou que funcionem dentro delas, junto aos municípios do Estado, a fim de garantir o cumprimento das medidas neles contidas;

nº 16.367/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais – CES-MG – pedido de providências para que elabore resolução de recomendação à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, ao Ministério da Saúde – MS – e à Câmara dos Deputados da urgente inclusão da optometria no Sistema Único de Saúde – SUS – e da ampliação do acesso da população aos cuidados de saúde da visão;

nº 16.369/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para apresentação, em caráter de urgência, ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais – CES-MG – da política estadual da rede de oftalmologia, com metas, indicadores e resultados alcançados nos anos de 2024 e 2025, bem como dos recursos destinados ao Projeto Miguilim, desde 2023, uma vez que o CES-MG não deliberou sobre a referida política e seus programas; e para inclusão da atenção primária à saúde visual com efetiva multidisciplinaridade, em atenção à Moção nº 121 da 17ª Conferência Nacional de Saúde “pela inserção do profissional optometrista em todas as políticas e programas de saúde visual, inclusive em parceria com o Ministério da Educação”;

nº 16.372/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Conselho Estadual da Pessoa Idosa – CEI – pela posse dos novos representantes desta Casa no CEI;

nº 16.394/2025, do deputado Betão, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Celinho Sintrocel, do deputado Cristiano Silveira, do deputado Doutor Jean Freire, do deputado Leleco Pimentel, da deputada Leninha e do deputado Lucas Lasmar, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Minas Gerais, diante dos impasses nas negociações das reivindicações da categoria e da deflagração da greve geral anunciada para 1º de setembro de 2025.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2025.

Betão, presidente.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/8/2025

Às 16h9min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, na perspectiva dos direitos humanos, a importância da emissão de certidões de óbito para vítimas da ditadura militar reconhecidas pela Comissão Nacional da Verdade. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 16.392/2025, do deputado Lucas Lasmar e das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o fechamento de 16 leitos do Centro de Terapia Intensiva – CTI – do Hospital Infantil João Paulo II, com a transferência desses atendimentos para o Hospital João XXIII, e suas consequências para a saúde pública;

nº 16.453/2025, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência de convidados, para a qual seja convidada a presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Juiz de Fora, vereadora Cida de Oliveira, para debater as condições das unidades prisionais instaladas no Município de Juiz de Fora.

A presidenta suspende os trabalhos. Às 16h35min são reabertos os trabalhos com a presença das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Macaé Maria Evaristo dos Santos, ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania; Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, ministra do Superior Tribunal Militar – STM; Shirley Fenzi Bertão, desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG; Diva Soares Santana, representante de familiares de pessoas mortas e desaparecidas na Comissão Especial sobre Mortos e

Desaparecidos Políticos – CEMDP –, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC; Maria Cecília de Oliveira Adão, representante da sociedade civil na CEMDP; Eugênia Augusta Gonzaga, presidente da CEMDP; Vera Silvia Facciolla Paiva, representante da sociedade civil na CEMDP; Janine Mello dos Santos, secretária-executiva do MDHC; Natália Bastos Bonavides, deputada federal e representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados na CEMDP; e os Srs. Nilmário Miranda, ex-ministro dos Direitos Humanos; Rafaelo Abritta, representante do Ministério da Defesa na CEMDP; Ivan Cláudio Garcia Marx, representante do Ministério Público Federal na CEMDP; e Rogério Correia de Moura Baptista, deputado federal. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra à deputada Andréia de Jesus. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2025.

Bella Gonçalves, presidente – Lucas Lasmar.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/9/2025, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.016/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as políticas públicas existentes no Estado que estão disponíveis para o atendimento prioritário e específico de mulheres negras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.021/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os serviços de saúde mental disponíveis para o atendimento específico e prioritário de mulheres negras, detalhando-se os locais onde eles são prestados e os atendimentos realizados nos últimos quatro anos, discriminados ano a ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.137/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre a linha de cuidado das pessoas acometidas pela hanseníase nas Casas de Saúde Santa Izabel, Santa Fé, São Francisco de Assis e Padre Damião, esclarecendo-se se existe equipe própria nessas unidades para o atendimento de casos de urgência e emergência e especificando-se qual é o número de médicos plantonistas por turno; quais serviços de saúde de competência e atribuição da Fhemig foram interrompidos nos últimos 10 anos; quantos profissionais de saúde especialistas atendiam em 2017 e quantos atendem atualmente; quais são os serviços de

reabilitação oferecidos; quantos atendimentos foram realizados em 2023; quantos são os beneficiários de pensão especial, garantida pela Lei Federal nº 11.520, de 2007, bem como as ações adotadas para implementação do disposto no art. 4º dessa lei; quantos pacientes que saíram das colônias estão inscritos e com acesso à linha de cuidado; e quais foram as razões para a não inclusão da Sra. Neli Alves de Assumpção na linha de cuidados da Casa de Saúde Santa Izabel. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.462/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os critérios utilizados pela Superintendência de Gestão de Vagas para o remanejamento de indivíduos privados de liberdade no âmbito do sistema prisional do Município de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.119/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o derramamento de óleo na Represa de Três Marias, ocorrido em 1º/10/2023, com acionamento da sirene por volta das 13 horas, consubstanciadas em estudo para averiguar as responsabilidades sobre esse sinistro e sobre a morte de espécies de peixes e outros animais ligada aos altos decibéis da sirene, conforme relatado na 12ª Reunião Extraordinária da comissão, em 2/10/2023. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.127/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a situação do projeto executivo para a pavimentação da Rodovia MG-214 e da Rodovia MG-211, com detalhamento do cronograma que está em elaboração. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.498/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a forma como será aplicado e executado o montante de R\$5.800.000.000,00 no Triângulo Mineiro, com vistas a melhorar a trafegabilidade na região, conforme anúncio da secretaria de que é titular, amplamente divulgado pelos meios de comunicação em 9/9/2023; e sobre o motivo do aumento das tarifas das praças de pedágio, de responsabilidade da EPR Triângulo, tendo em vista que em agosto de 2023 foi anunciado o valor de R\$11,48, posteriormente alterado para R\$12,70. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.070/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas na relação dos municípios que não receberão a segunda parcela de recursos referentes ao Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses – PEC-Arbo –, aprovado pela Deliberação CIB-SUS-MG nº 4.414, de 18 de outubro de 2023, com foco em dengue, chikungunya, zika e febre amarela, relativamente ao período de dezembro de 2023 a novembro de 2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.074/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a gestão e o monitoramento estadual da aplicação de defensivos UBV nos municípios (fumacê), com o detalhamento e o mapeamento do número de carros nos municípios, o diagnóstico da funcionalidade e efetividade de nebulizadores costais motorizados nos municípios e a relação dos investimentos realizados pelo governo do Estado, diferenciando-se os recursos oriundos do Tesouro Estadual dos decorrentes de repasses federais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.075/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a atuação das superintendências regionais de saúde na fiscalização e aplicação dos planos de contingência para enfrentamento das arboviroses nos municípios e sobre as ações de apoio da secretaria de

que é titular aos municípios, em casos de falta de insumos, esclarecendo-se se há algum projeto de integração dos bancos de dados relativos ao controle de arboviroses no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.849/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a identificação exata dos trechos da Rodovia BR-367 sob sua jurisdição. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.854/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a existência de permissão para tráfego de caminhões tritrens em rodovias não pavimentadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.620/2024, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre a estrutura existente para combate a incêndios florestais nas diversas regiões do Estado e as demandas de efetivo e equipamentos necessários para a garantia de condições aceitáveis de atuação da corporação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.878/2024, da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de pacientes diagnosticados com mesotelioma pleural no Estado; os municípios com maior índice da doença; os critérios estabelecidos para o seu diagnóstico; e o tipo de qualificação exigida dos profissionais de saúde que atendem aos pacientes diagnosticados com essa doença. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.059/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas em documento que contenha o cronograma detalhado das obras atualmente em andamento e das previstas pela Cemig, com a especificação das datas de início e conclusão, além de eventuais alterações no planejamento originalmente estabelecido; as informações sobre os atrasos ocorridos em obras programadas nos últimos cinco anos, incluída a indicação dos motivos que os ocasionaram e as medidas adotadas para regularizar esses atrasos; a discriminação dos investimentos realizados pela Cemig, nos últimos cinco anos, por município e tipo de obra, com a indicação das fontes de financiamento e da destinação dos recursos empregados; a relação das obras de reforço de rede, aumento de carga e construção de subestações, incluída a localização das intervenções, os objetivos e os prazos de execução estabelecidos para cada uma dessas obras; a apresentação dos índices de continuidade do serviço (DEC e FEC) nos últimos cinco anos, especificados por conjunto de unidades consumidoras; e as medidas adotadas para a melhoria contínua da qualidade do fornecimento de energia no Estado, com ênfase nos planos de modernização, expansão e manutenção da rede elétrica, com vistas a dar mais transparência ao planejamento e à execução dos investimentos e à prestação de serviços. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.583/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – pedido de informações sobre o volume de investimentos da Cohab, especificando-se o número de unidades habitacionais entregues e em construção e os municípios contemplados e detalhando-se a execução financeira do Fundo Estadual de Habitação – FEH – e das dotações orçamentárias dos programas e ações do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – no setor habitacional nos últimos dois anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.628/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a possibilidade de

implementação de ações específicas para atender as comunidades rurais, garantindo o acesso facilitado aos serviços oferecidos, com foco na expansão da infraestrutura de distribuição de energia elétrica e na melhoria no atendimento ao cliente nessas regiões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.630/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a existência de um sistema de acompanhamento em tempo real de quedas de energia na rede de distribuição e de processos e planos de melhoria voltados para a manutenção e o suporte nesses casos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.632/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a existência de planos ou projetos voltados para a desburocratização do processo de implementação de energia solar individual, com o objetivo de facilitar o acesso e a adoção dessa tecnologia pelos consumidores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.715/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de atendimentos realizados por mês, em 2024 e 2025, pelos Serviços Especializados de Reabilitação da Deficiência Intelectual – Serdi – no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.717/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a atuação dos centros de referência em educação especial inclusiva – Creis –, consubstanciadas em documento em que se especifiquem o número desses centros em funcionamento em cada regional do Estado, as atividades desenvolvidas por eles e o número de profissionais formados desde a sua implementação, por regional; e no cronograma de formação dos Creis e das superintendências regionais de ensino – SREs – para o ano de 2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.718/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a oferta de transporte escolar para conduzir os estudantes com deficiência para as salas de recursos, indicando-se o quantitativo de transporte escolar disponibilizado pelo Estado para esse fim. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.134/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG – pedido de informações sobre as principais irregularidades, identificadas no ano de 2024, que prejudicaram os consumidores, especificando-se os setores da economia afetados e os dados demográficos dos consumidores lesados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.180/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações relativas ao edifício da antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – Dops-MG –, prédio tombado e já designado para ser a sede do Memorial de Direitos Humanos Casa da Liberdade em Belo Horizonte, conforme projeto lançado em 2018 pelo governo do Estado, em observância à Lei nº 13.448, de 2000, discriminando o orçamento previsto e a despesa realizada, desde janeiro de 2020, na manutenção desse equipamento público e nas ações destinadas à instalação do memorial. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.257/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na relação de todos os terrenos e imóveis de propriedade do Estado que se encontram vazios ou ociosos, discriminados por município, com a especificação de sua classificação como urbanos ou

rurais e com seus respectivos valores de mercado, conforme avaliação mais recente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.677/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de informações sobre ações judiciais promovidas por consumidores contra operadoras de planos de saúde no Estado, com dados detalhados por comarca, natureza das demandas, pedidos mais recorrentes, frequência de concessão de medidas liminares e decisões de mérito, bem como quaisquer dados estatísticos que contribuam para o entendimento da magnitude e dos padrões desses litígios e que possam subsidiar eventuais deliberações internas ou encaminhamentos do tribunal para formulação de políticas públicas voltadas ao amparo dos consumidores que, diante de negativas de cobertura e outros obstáculos contratuais, têm recorrido à via judicial para assegurar o direito à saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.106/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os projetos atualmente beneficiados por meio do incentivo fiscal à cultura, detalhando-se os nomes desses projetos, os números dos certificados de autorização, os municípios de realização, os nomes dos proponentes, os nomes dos incentivadores, os dados referentes à data de entrada dos pedidos de homologação, a data das homologações pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e a situação atual dos projetos no sistema; e sobre a contrapartida ao Fundo Estadual de Cultura, detalhando-se os valores das contrapartidas estabelecidas para cada projeto, bem como os critérios utilizados para definição das contrapartidas no momento da emissão da declaração de incentivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.197/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o contingente de pessoal dedicado à cultura e o contingente dedicado ao turismo, a fim de avaliar se a estrutura atual da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – está adequada às necessidades de cada uma dessas áreas, e sobre a previsão de novo concurso público para atender essas necessidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.299/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e ao superintendente regional de ensino em Montes Claros pedido de informações sobre o critério de distribuição de estudantes que necessitam de profissional de apoio em sala de aula, esclarecendo-se se tem havido inclusão desses estudantes e acompanhamento escolar especializado para eles, tendo em vista, exemplificativamente, o relato enviado por uma mãe à comissão, no qual alega que, na Escola Estadual Doutor Antônio Augusto Veloso, na cidade de Montes Claros, há salas da mesma série com cinco alunos autistas, enquanto em outras turmas não há nenhum. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 13.280/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado dos cortes de gastos na área de segurança pública, realizados em decorrência do contingenciamento de despesas instaurado pelo Decreto nº 49.025, de 19 de abril de 2025, bem como dos valores despendidos pelos referidos órgãos, mês a mês, com cada um dos itens e setores afetados, considerado o período de 12 meses anteriores à edição da norma citada e os meses subsequentes ao início do contingenciamento, detalhando-se, ainda, as razões que justificaram as escolhas dos itens e dos setores impactados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.351/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos

adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, especificando-se o estágio de cada um dos processos em análise, nesse órgão, que visem à concessão de outorga para utilização de recursos hídricos desse sistema envolvendo minerodutos no Estado; as projeções atualizadas de disponibilidade hídrica do Sistema Paraopeba, especialmente diante de cenários críticos de estiagem, como os registrados entre 2014-2015 e entre 2017-2020; a avaliação dos impactos potenciais decorrentes de novos usos industriais de grande porte sobre esse sistema; os acidentes ambientais envolvendo minerodutos ocorridos no Estado e suas respectivas consequências; a possibilidade de estimar potenciais impactos ambientais e sociais para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – na hipótese de ocorrência de vazamentos em minerodutos instalados que utilizem os sistemas hídricos do Paraopeba; e sejam enviados a esta Casa estudos ou conclusões técnicas já elaborados sobre viabilidade hídrica e dos impactos ambientais relacionados a empreendimentos minerários que utilizem minerodutos na região, incluindo riscos de acidentes, contaminação de mananciais e possíveis efeitos sobre o abastecimento público, bem como sobre a existência de algum modelo de mineroduto considerado 100% seguro, utilizado por mineradoras no transporte de minério, de modo a garantir a inexistência de vazamentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.352/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à secretária Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, especificando-se o estágio de cada um dos processos em análise, nesse órgão, que visem à concessão de outorga para utilização de recursos hídricos desse sistema envolvendo minerodutos no Estado; as projeções atualizadas de disponibilidade hídrica do Sistema Paraopeba, especialmente diante de cenários críticos de estiagem, como os registrados entre 2014-2015 e entre 2017-2020; a avaliação dos impactos potenciais decorrentes de novos usos industriais de grande porte sobre esse sistema; os acidentes ambientais envolvendo minerodutos ocorridos no Estado e suas respectivas consequências; a possibilidade de estimar potenciais impactos ambientais e sociais para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – na hipótese de ocorrência de vazamentos em minerodutos instalados que utilizem os sistemas hídricos do Paraopeba; e sejam enviados a esta Casa estudos ou conclusões técnicas já elaborados sobre viabilidade hídrica e dos impactos ambientais relacionados a empreendimentos minerários que utilizem minerodutos na região, incluindo riscos de acidentes, contaminação de mananciais e possíveis efeitos sobre o abastecimento público, bem como sobre a existência de algum modelo de mineroduto considerado 100% seguro, utilizado por mineradoras no transporte de minério, de modo a garantir a inexistência de vazamentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.353/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, especificando-se o estágio de cada um dos processos em análise, nesse órgão, que visem à concessão de outorga para utilização de recursos hídricos desse sistema envolvendo minerodutos no Estado; as projeções atualizadas de disponibilidade hídrica do Sistema Paraopeba, especialmente diante de cenários críticos de estiagem, como os registrados entre 2014-2015 e entre 2017-2020; a avaliação dos impactos potenciais decorrentes de novos usos industriais de grande porte sobre esse sistema; os acidentes ambientais envolvendo minerodutos ocorridos no Estado e suas respectivas consequências; a possibilidade de estimar potenciais impactos ambientais e sociais para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – na hipótese de ocorrência de vazamentos em minerodutos instalados que utilizem os sistemas hídricos do Paraopeba; e sejam enviados a esta Casa estudos ou

conclusões técnicas já elaborados sobre viabilidade hídrica e dos impactos ambientais relacionados a empreendimentos minerários que utilizem minerodutos na região, incluindo riscos de acidentes, contaminação de mananciais e possíveis efeitos sobre o abastecimento público, bem como sobre a existência de algum modelo de mineroduto considerado 100% seguro, utilizado por mineradoras no transporte de minério, de modo a garantir a inexistência de vazamentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/9/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.995/2025, do governador do Estado; 731/2019, do deputado Betão; 833/2023, do deputado Coronel Henrique; 1.172/2023, do deputado Sargento Rodrigues; 1.765/2023, do deputado Dr. Maurício; 1.806/2023, do deputado Mauro Tramonte; 1.822/2023, do deputado Coronel Sandro; 1.959/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; 2.485 e 2.557/2024, do deputado Rodrigo Lopes; 2.898/2024, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Arlen Santiago; 3.251/2025, da deputada Beatriz Cerqueira; 3.286/2025, do deputado Zé Laviola; 3.291/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho; 3.422/2025, do deputado Tito Torres; 3.655/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier; 3.689/2025, do deputado Rafael Martins; 3.762/2025, do deputado Doutor Jean Freire; 3.825/2025, do deputado Professor Cleiton; 3.965/2025, da deputada Lud Falcão; 3.987 e 3.988/2025, da deputada Nayara Rocha; 4.000/2025, do deputado Enes Cândido; 4.004/2025, do deputado Grego da Fundação; 4.005/2025, do deputado Dr. Maurício; 4.050 e 4.052/2025, da deputada Carol Caram; 4.069/2025, do deputado Doorgal Andrada; 4.071/2025, do deputado João Magalhães; 4.081/2025, do governador do Estado; 4.086/2025, da deputada Ana Paula Siqueira; 4.100/2025, do deputado Celinho Sintrocel; 4.104/2025, do deputado Lincoln Drumond; 4.132/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho; e 4.142/2025, da deputada Carol Caram.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 646 e 660/2023, do deputado Noraldino Júnior; 2.636/2024, do deputado Rodrigo Lopes; 3.008/2024, do deputado Professor Cleiton; 3.284/2025, da deputada Leninha; 3.626/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes; 3.958/2025, do deputado Raul Belém; 4.046/2025, do deputado Dr. Maurício; 4.070/2025, do deputado Cassio Soares; 4.078/2025, do deputado Professor Cleiton; 4.080/2025, do deputado Doutor Jean Freire; 4.088/2025, da deputada Andréia de Jesus; 4.090/2025, do deputado Noraldino Júnior; 4.093/2025, do deputado Grego da Fundação; 4.125/2025, do deputado Carlos Henrique; 4.128/2025, da deputada Andréia de Jesus; 4.135/2025, do deputado Grego da Fundação; 4.143/2025, do deputado Bruno Engler; 4.147 a 4.149/2025, do deputado Celinho Sintrocel; 4.155/2025, do deputado Lincoln Drumond; e 4.158/2025, do deputado Marquinho Lemos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN
DO DIA 2/9/2025**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E
DA REFORMA URBANA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11
HORAS DO DIA 2/9/2025**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 2/9/2025**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.130/2024, do deputado Enes Cândido; e 3.948/2025, do Tribunal de Contas.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.221/2020, da deputada Ione Pinheiro; 2.903/2021, do deputado Coronel Henrique; 1.272/2023, do deputado Zé Guilherme; 1.876/2023, do deputado Gil Pereira; 2.516/2024, do deputado Grego da Fundação; e 3.144/2024, do deputado Zé Laviola.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 13.285/2025, da deputada Andréia de Jesus.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 2/9/2025**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 2.979/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 2/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.438/2023, do deputado Raul Belém.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.074/2024, do deputado Eduardo Azevedo; e 3.910/2025, da deputada Carol Caram.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 13.063/2025, do deputado Lincoln Drumond; e 13.283/2025, da deputada Andréia de Jesus.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 2/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.647/2025, do deputado Roberto Andrade; 3.724/2025, do deputado Duarte Bechir; e 3.891/2025, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 13.300/2025, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 2/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.382/2023, da deputada Maria Clara Marra.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 2/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.646/2025, do deputado Gustavo Santana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 13.301/2025, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia; e 13.349/2025, da deputada Leninha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 2/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 13.058/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana; 13.084/2025, da Comissão de Participação Popular; 13.372/2025, da Comissão de Direitos Humanos; e 13.379/2025, do deputado Lincoln Drumond.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Rafael Martins e Celinho Sintrocel, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2025, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as condições normativas, técnicas e operacionais que regem a circulação de táxis nas pistas exclusivas do sistema Move, em Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2025.

Thiago Cota, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ana Paula Siqueira e Carol Caram e os deputados Bim da Ambulância e Adriano Alvarenga, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2025, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos causados pelas atividades minerárias aos moradores do Distrito de Fonseca, no Município de Alvinópolis, bem como aos usuários das rodovias locais, em especial a MG-326, que recebe o maior fluxo de veículos das mineradoras.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2025.

Gil Pereira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2025, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno sobre emenda ao Projeto de Lei nº 1.059/2023, do deputado Caporezzo; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 13.377/2025, da deputada Andréia de Jesus, e 13.378/2025, do deputado Grego da Fundação; de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, proceder à entrega de diplomas referentes aos votos de congratulações com os policiais militares da 5ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido no policiamento ostensivo das imediações desta Casa.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lohanna e Lud Falcão e os deputados Ricardo Campos e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2025, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento nº 2.979/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulação com o Sr. Diogo Luna Moureira, em atenção ao Requerimento nº 11.770/2025.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2025.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Marquinho Lemos, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2025, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2025.

Ricardo Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Amanda Teixeira Dias e os deputados Doutor Wilson Batista, Caporezzo e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2025, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega dos diplomas referentes a votos de congratulações com profissionais de saúde pelos relevantes serviços prestados.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2025.

Arlen Santiago, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 13.280/2025

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio do requerimento em epígrafe, a Comissão de Segurança Pública solicita ao presidente da Assembleia seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado dos cortes de gastos na área de segurança pública realizados em decorrência do contingenciamento de despesas instaurado pelo Decreto nº 49.025, de 19/4/2025, bem como dos valores despendidos pelos referidos órgãos, mês a mês, com cada um dos itens e setores afetados, considerado o período de 12 meses anteriores à edição da norma citada e os meses subsequentes ao início do contingenciamento, detalhando-se, ainda, as razões que justificaram as escolhas dos itens e setores impactados.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 28/8/2025, a proposição foi encaminhada a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa receber dos titulares dos órgãos de segurança pública do Estado informações detalhadas dos cortes de gastos nas respectivas áreas – PMMG, CBMMG, PCMG e Sejusp – realizados em decorrência do contingenciamento de despesas instaurado pelo Decreto nº 49.025, de 19/4/2025.

O requerimento é decorrente da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, realizada em 18/8/2025, com a finalidade de debater os impactos decorrentes da redução e do corte no abastecimento das viaturas das forças de segurança pública no Estado.

O pedido de informações relaciona-se com as atribuições constitucionalmente asseguradas a esta Casa de fiscalizar e controlar os atos do Executivo Estadual. Segundo o art. 54, §§ 2º e 3º, da Constituição Mineira, a Mesa da Assembleia pode encaminhar a secretário de Estado e a outras autoridades estaduais pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade, no caso dos secretários, ou infração administrativa, no caso das outras autoridades estaduais.

Dessa forma, considerando-se que as informações solicitadas estão relacionadas com as funções de fiscalização e controle atribuídas a este Parlamento, somos favoráveis à aprovação do requerimento, cuja resposta permitirá que a comissão autora obtenha os esclarecimentos solicitados para o devido acompanhamento do assunto.

Conclusão

Com base no exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 13.280/2025.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de setembro de 2025.

Gustavo Santana, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 13.351/2025**Mesa da Assembleia****Relatório**

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Minas e Energia requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, especificando-se a existência, nesse órgão, de processos em análise que visem à concessão de outorga para utilização de recursos hídricos desse sistema envolvendo minerodutos no Estado, com a indicação, em caso positivo, desses processos e do estágio em que cada um se encontra; as projeções atualizadas de disponibilidade hídrica do Sistema Paraopeba, especialmente diante de cenários críticos de estiagem, como os registrados entre 2014-2015 e entre 2017-2020; a avaliação dos impactos potenciais decorrentes de novos usos industriais de grande porte sobre esse sistema; os acidentes ambientais envolvendo minerodutos ocorridos no Estado e suas respectivas consequências; a possibilidade de estimar potenciais impactos ambientais e sociais para a Região Metropolitana de Belo Horizonte na hipótese de ocorrência de vazamentos em minerodutos instalados que utilizem os sistemas hídricos do Paraopeba; e sejam enviados a esta Casa estudos ou conclusões técnicas já elaborados acerca da viabilidade hídrica e dos impactos ambientais relacionados a empreendimentos minerários que utilizem minerodutos na região, incluindo riscos de acidentes, contaminação de mananciais e possíveis efeitos sobre o abastecimento público, bem como sobre a existência de algum modelo de mineroduto considerado 100% seguro, utilizado por mineradoras no transporte de minério, de modo a garantir a inexistência de vazamentos.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 28/8/2025, vem a matéria à Mesa da Assembleia para dela receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em tela visa obter informações acerca dos critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga de recursos hídricos para empreendimentos minerários na Bacia do Rio Paraopeba, especificamente quanto ao uso das águas dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores no transporte de minérios por dutovias, tendo em vista seus potenciais impactos socioambientais, a disponibilidade hídrica na região e o histórico de ocorrências de acidentes com minerodutos no Estado.

A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal nº 9.433, de 1997, – espelhado na Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 13.199, de 1999 –, que visa assegurar o controle quantitativo e qualitativo sobre o uso de água, em suas diversas formas, inclusive como insumo do processo produtivo.

A matéria também guarda relação direta com os dispositivos que regulamentam o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Lei nº 21.972, de 2016, e o licenciamento e a fiscalização ambiental, Decreto nº 47.383, de 2018, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

No que se refere ao destinatário da proposição, a solicitação está adequadamente dirigida ao Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam –, que é responsável por desenvolver as ações governamentais relativas à outorga e à fiscalização de uso de recursos hídricos, conforme disposto na Lei nº 13.199, de 1999.

No que se refere à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo a autoridades estaduais integra o rol de ações de seu controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado pelo art. 54, § 3º, e pelo inciso II do § 1º do art. 73, da Constituição Estadual.

A proposição também encontra respaldo no inciso IX do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, que assegura às comissões o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização deste Parlamento, o que se enquadra na situação em análise.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 13.351/2025.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de setembro de 2025

Gustavo Santana, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 13.352/2025

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Minas e Energia requer seja encaminhado à secretária Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, especificando-se a existência, nesse órgão, de processos em análise que visem à concessão de outorga para utilização de recursos hídricos desse sistema envolvendo minerodutos no Estado, com a indicação, em caso positivo, desses processos e do estágio em que cada um se encontra; as projeções atualizadas de disponibilidade hídrica do Sistema Paraopeba, especialmente diante de cenários críticos de estiagem, como os registrados entre 2014-2015 e entre 2017-2020; a avaliação dos impactos potenciais decorrentes de novos usos industriais de grande porte sobre esse sistema; os acidentes ambientais envolvendo minerodutos ocorridos no Estado e suas respectivas consequências; a possibilidade de estimar potenciais impactos ambientais e sociais para a Região Metropolitana de Belo Horizonte na hipótese de ocorrência de vazamentos em minerodutos instalados que utilizem os sistemas hídricos do Paraopeba; e sejam enviados a esta Casa estudos ou conclusões técnicas já elaborados acerca da viabilidade hídrica e dos impactos ambientais relacionados a empreendimentos minerários que utilizem minerodutos na região, incluindo riscos de acidentes, contaminação de mananciais e possíveis efeitos sobre o abastecimento público, bem como sobre a existência de algum modelo de mineroduto considerado 100% seguro, utilizado por mineradoras no transporte de minério, de modo a garantir a inexistência de vazamentos.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 28/8/2025, vem a matéria à Mesa da Assembleia para dela receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em tela visa obter informações acerca dos critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga de recursos hídricos para empreendimentos minerários na Bacia do Rio Paraopeba, especificamente quanto ao uso das águas dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores no transporte de minérios por dutovias, tendo em vista seus potenciais impactos socioambientais, a disponibilidade hídrica na região e o histórico de ocorrências de acidentes com minerodutos no Estado.

A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal nº 9.433, de 1997, – espelhado na Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 13.199, de 1999 –, que visa assegurar o controle quantitativo e qualitativo sobre o uso de água, em suas diversas formas, inclusive como insumo do processo produtivo.

A matéria também guarda relação direta com os dispositivos que regulamentam o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Lei nº 21.972, de 2016, e o licenciamento e a fiscalização ambiental, Decreto nº 47.383, de 2018, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

No que se refere ao destinatário do pedido, a solicitação está adequadamente dirigida à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que é responsável por desenvolver as ações governamentais relativas à conservação, preservação, recuperação e fiscalização dos recursos ambientais, conforme disposto na Lei nº 24.313, de 2023, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

No que se refere à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo a autoridades estaduais integra o rol de ações de seu controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado pelo art. 54, § 2º, e pelo inciso II do § 1º do art. 73, da Constituição Estadual.

A proposição também encontra respaldo no inciso IX do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, que assegura às comissões o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização deste Parlamento, o que se enquadra na situação em análise.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 13.352/2025.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de setembro de 2025

Gustavo Santana, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 13.353/2025

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Minas e Energia requer seja encaminhado à presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, especificando-se a existência, nesse órgão, de processos em análise que visem à concessão de outorga para utilização de recursos hídricos desse sistema envolvendo minerodutos no Estado, com a indicação, em caso positivo, desses processos e do estágio em que cada um se encontra; as projeções atualizadas de disponibilidade hídrica do Sistema Paraopeba, especialmente diante de cenários críticos de estiagem, como os registrados entre 2014-2015 e entre 2017-2020; a avaliação dos impactos potenciais decorrentes de novos usos industriais de grande porte sobre esse sistema; os acidentes ambientais envolvendo minerodutos ocorridos no Estado e suas respectivas consequências; a possibilidade de estimar potenciais impactos ambientais e sociais para a Região Metropolitana de Belo Horizonte na hipótese de ocorrência de vazamentos em minerodutos instalados que utilizem os sistemas hídricos do Paraopeba; e sejam enviados a esta Casa estudos ou conclusões técnicas já elaborados acerca da viabilidade hídrica e dos impactos ambientais relacionados a empreendimentos minerários que utilizem minerodutos na região, incluindo riscos de acidentes, contaminação de mananciais e possíveis efeitos sobre o abastecimento público, bem como sobre a existência de algum modelo de mineroduto considerado 100% seguro, utilizado por mineradoras no transporte de minério, de modo a garantir a inexistência de vazamentos.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 28/8/2025, vem a matéria à Mesa da Assembleia para dela receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em tela visa obter informações acerca dos critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga de recursos hídricos para empreendimentos minerários na Bacia do Rio Paraopeba, especificamente quanto ao uso das águas dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores no transporte de minérios por dutovias, tendo em vista seus potenciais impactos socioambientais, a disponibilidade hídrica na região e o histórico de ocorrências de acidentes com minerodutos no Estado.

A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal nº 9.433, de 1997, – espelhado na Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 13.199, de 1999 –, que visa assegurar o controle quantitativo e qualitativo sobre o uso de água, em seus diversos usos, inclusive como insumo do processo produtivo.

A matéria também guarda relação direta com os dispositivos que regulamentam o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Lei nº 21.972, de 2016, e o licenciamento e a fiscalização ambiental, Decreto nº 47.383, de 2018, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

No que se refere ao destinatário do pedido, a solicitação está adequadamente dirigida à Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, que é responsável por desenvolver as ações governamentais relativas ao licenciamento e à fiscalização ambiental, conforme disposto na Lei nº 21.972, de 2016.

No que se refere à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo a autoridades estaduais integra o rol de ações de seu controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado pelo art. 54, § 3º, e pelo inciso II do § 1º do art. 73, da Constituição Estadual.

A proposição também encontra respaldo no inciso IX do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, que assegura às comissões o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização deste Parlamento, o que se enquadra na situação em análise.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 13.353/2025.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de setembro de 2025

Gustavo Santana, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1/9/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando André Luiz Bernardes de Carvalho, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

exonerando Cleiton Camilo Dutra, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Alê Portela;

exonerando Marcelo Braga Sander, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

exonerando Renner José Faria Lima, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Adriane Neves da Silva, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte;

nomeando Cleiton Camilo Dutra, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Guilherme Fernando Ferreira, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

nomeando Isabela França Fonseca, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

nomeando João Vitor de Almeida Brito Alves, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando Júlio Cesar Pinheiro de Souza, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Delegada Sheila;

nomeando Kilmara Alexsandra Tavares, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Wendel Mesquita;

nomeando Soraya Andrea Menezes, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Bella Gonçalves;

nomeando Tiago Lisboa de Oliveira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Caporezzo.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 96/2025

Número no Siad: 9396358-2

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Clarity Sistemas de Energia Ltda. Objeto: serviço de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de energia ininterrupta – UPS (*nobreaks*) – da contratante. Objeto do aditamento: segunda prorrogação de vigência do Contrato nº 75/2023, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 26/10/2025 a 25/10/2026, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239-0001 3.3.90 (10.1).